

CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA xx, NA FORMA ABAIXO:

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 14.674.303/0001-02, com sede situada à 4ª Avenida, n.º 495, Plataforma V, Centro Administrativo da Bahia – Salvador-BA, neste ato representado pelo seu Presidente **GILDÁSIO PENEDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO**, e a Empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxx, estabelecida à xxxxx, nº xxx, xxx, representada por xxxxxxx, CPF/MF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, com base no Edital de Licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**, Processo Administrativo nº **TCE/001127/2026**, que independente de transcrição integra este instrumento e observadas as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Estadual-BA nº 14.634/2023, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIACÃO DE MÃO DE OBRA, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE POSTO DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, PARA A EXECUÇÃO CONTÍNUA DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA – TCE/BA**, observadas as condições e especificações constantes deste Contrato.

1.1.1 Os tipos, quantidades e valores dos Postos de Serviços necessários à plena execução dos serviços contratados constam neste contrato;

1.1.2 Local de Execução dos Serviços: Edifício-sede do TCE/BA, sito à 4ª Avenida nº 495, Plataforma V, Centro Administrativo da Bahia – Salvador – Ba, CEP: 41.745-002;

1.1.3 Compõe o **ANEXO I** deste Contrato o detalhamento da Composição de Custos a ser utilizada no cálculo dos preços unitários dos postos de serviços;

1.1.4 Compõem o **ANEXO II** deste Contrato os detalhamentos dos Encargos Sociais a serem utilizados no cálculo dos preços unitários dos postos de serviços, bem como no estabelecimento do Percentual de Provisionamento de Encargos Trabalhistas descrito no **item 7.1 e subitens** deste contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Unitário;

2.1.2 A prestação dos serviços tem natureza contínua e duração de 12 (doze) meses.

2.1.3 PLANO BÁSICO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Compete aos postos de Serviços responsabilizarem-se, como parâmetro mínimo, pelo que se encontra a seguir enumerado:

ROTINAS DE MANUTENÇÃO – SISTEMA VRF

2.2 A prestação dos serviços de **TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO**, tem natureza contínua e duração de 12 (doze) meses e sua execução ocorrerá através de Postos de Serviços, definidos e caracterizados a seguir:

2.2.1 Compete ao posto técnico:

- a) Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas VRF/VRV e convencionais;
- b) Realizar inspeções, testes, medições, ajustes e substituições de componentes;
- c) Atender às Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização do contrato;
- d) Elaborar relatórios técnicos detalhados das atividades executadas;

e) Cumprir rigorosamente as normas técnicas, de segurança, ambientais e administrativas aplicáveis

O profissional alocado deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) Formação técnica compatível, comprovada por curso técnico em refrigeração, climatização ou área correlata;
- b) Experiência comprovada de, no mínimo, 1 (um) ano, em atividades correlatas, envolvendo manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização e refrigeração.
- c) Capacitação obrigatória, conforme legislação vigente:
 - NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - NR-35 – Trabalho em Altura, quando aplicável;
- d) Utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, bem como ferramentas e instrumentos adequados, em perfeito estado de conservação e devidamente calibrados.

2.2.2 A CONTRATADA deverá elaborar, implantar e executar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos sistemas VRF, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do início da prestação dos serviços, submetendo-o à aprovação prévia da Fiscalização do Contrato.

O **PMOC** deverá observar:

- a) As rotinas mínimas previstas neste Contrato e no Termo de Referência
- b) As recomendações do fabricante dos equipamentos, especialmente LG;
- c) As normas técnicas vigentes;
- d) As condições necessárias ao funcionamento seguro, contínuo e eficiente dos sistemas.

Todos os custos relacionados à elaboração e execução do PMOC e das rotinas de manutenção serão de inteira responsabilidade da **CONTRATANTE**.

2.2.3 Manutenção Preventiva – Regras Gerais

A manutenção preventiva deverá:

- a) Ser executada independentemente da ocorrência de manutenção corretiva;
- b) Respeitar rigorosamente as periodicidades mensais, trimestrais, semestrais e anuais;
- c) Ser registrada em relatórios específicos, condição indispensável para liberação do pagamento;
- d) Garantir a preservação das características técnicas originais dos equipamentos e instalações.

Sempre que identificadas condições que possam comprometer o desempenho dos sistemas, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Fiscalização, recomendando as providências cabíveis.

Caso o responsável técnico da CONTRATADA identifique a necessidade de ajustes ou complementações nas rotinas previstas, estas deverão ser submetidas por escrito à aprovação da Fiscalização.

2.2.4 MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS MENSAS VRF (FABRICANTE LG)

a) Condensadoras

- Limpeza interna e externa;

- Limpeza dos quadros elétricos;
- Verificação de fixação, alinhamento e ruídos;
- Verificação de vazamentos de fluido refrigerante;
- Reaperto de terminais elétricos;
- Verificação de dispositivos de acionamento e proteção;
- Medições e registros elétricos (tensão e corrente);
- Medições de temperaturas (sucção, descarga e linha de líquido);
- Leitura de parâmetros da placa eletrônica.

b) Evaporadoras

- Limpeza de filtros;
- Limpeza interna e externa;
- Verificação mecânica e elétrica;
- Verificação de sensores, válvula de expansão e bandejas;
- Ajuste do termostato;
- Medição de temperatura de retorno e insuflamento.

c) Ventilação e Exaustão

- Limpeza e inspeção geral;
- Verificação de vibração, ruídos e mancais;
- Inspeção de filtros, correias, polias e dispositivos de proteção;
- Medição de diferencial de pressão.

2.2.5 MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS TRIMESTRAIS

Incluem inspeções adicionais em condensadoras e evaporadoras, com foco em:

- Vazamentos de refrigerante;
- Isolamento térmico;
- Balanceamento de ventiladores;
- Quadros elétricos e rolamentos.

2.2.6 MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS SEMESTRAIS

Abrangem, entre outras atividades:

- Limpeza profunda de serpentinas;
- Verificação de dispositivos de segurança;
- Testes de válvulas, controladores e transdutores;

- Inspeção elétrica com megômetro;
- Limpeza de drenagem e sifões;
- Lubrificação e controle de corrosão.

2.2.7 MANUTENÇÃO PREVENTIVA – ROTINAS ANUAIS

Compreendem:

- Limpeza completa dos trocadores;
- Revisão geral elétrica e mecânica;
- Medições de superaquecimento e sub-resfriamento;
- Verificação de acesso, pintura, identificação elétrica e condições gerais dos equipamentos.

2.3 MANUTENÇÃO CORRETIVA – SISTEMA VRF

Condições Gerais

A manutenção corretiva consistirá no atendimento às Ordens de Serviço (OS) emitidas pela **CONTRATANTE**, sempre que houver falhas, defeitos ou paralisações, sem ônus adicional.

Os serviços corretivos somente serão executados **após o término da garantia dos equipamentos**.

2.3.1 Prazos

Atendimento:

- **Em até 2 horas** para ambientes críticos;
- **Em até 4 horas** para ambientes convencionais.

Solução:

- **Em até 12 horas** (ambientes críticos);
- **Em até 24 horas** (ambientes convencionais).

*** São considerados ambientes críticos: Salas de Reuniões, Plenário, Alta Administração e laboratório de informática (RACK e CPD).**

2.3.2 Responsabilidades do técnico

- **Proceder à correção de vazamentos, recolhimento e recomposição de gás refrigerante;**
- Verificar e corrigir níveis de óleo do compressor;
- Atuar em entupimentos de dreno, comunicando à Fiscalização quando o problema for estrutural;
- Responder por danos a terceiros ou ao patrimônio público;
- Executar todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dos sistemas,

ainda que não explicitados neste Contrato ou no Termo de Referência.

A **CONTRATADA** responderá por danos a terceiros ou ao patrimônio público pelos técnicos alocados no TCE.

2.3.2.1 ROTINAS DE MANUTENÇÃO – SISTEMA CONVENCIONAIS

Disposições Gerais:

Compete ao técnico a execução dos serviços de manutenção preventiva dos sistemas convencionais de climatização, compreendendo procedimentos periódicos definidos em cronograma de manutenção, com o objetivo de prevenir falhas, quebras e defeitos, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos.

O cronograma de manutenção preventiva será elaborado pela **CONTRATADA** e submetido à aprovação prévia da **CONTRATANTE**, podendo ser ajustado conforme necessidade operacional.

Manutenção preventiva – Regras Gerais

A manutenção preventiva deverá:

- Ser executada independentemente da ocorrência de manutenção corretiva;
- Respeitar rigorosamente as periodicidades mensais, trimestrais, semestrais e anuais;
- Ser registrada em relatórios específicos, condição indispensável para liberação do pagamento;
- Garantir a preservação das características técnicas originais dos equipamentos e instalações.

Sempre que identificadas condições que possam comprometer o desempenho dos sistemas, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente a Fiscalização, recomendando as providências cabíveis.

Caso o responsável técnico da **CONTRATADA** identifique a necessidade de ajustes ou complementações nas rotinas previstas, estas deverão ser submetidas por escrito à aprovação da Fiscalização.

2.3.2.2 Manutenção preventiva – Rotinas Mensais

- Limpeza de painéis
- Verificar ruídos e vibrações
- Verificar óleo do compressor
- Verificar correntes
- Verificar tensão
- Verificar cárter
- Limpeza do dreno
- Limpeza da bandeja
- Inspeção e limpeza do filtro de ar
- Inspeção geral e reaperto
- Verificar temperatura BS e BU
- Verificar vazão

- Verificar condições técnicas dos equipamentos e do conforto térmico dos ambientes
- Identificação e correção de falhas
- Reparos e substituição de peças necessários à manutenção do perfeito
- funcionamento dos sistemas

2.3.2.3 Rotinas Trimestrais

- Vazamento
- Superaquecimento
- Super-resfriamento
- Pressão da linha
- Monitoramento de componentes sujeitos a desgaste

2.3.2.4 Rotinas Semestrais

- Danos no gabinete
- Expansão das válvulas
- Isolamento elétrico
- Limpeza das pás da condensadora
- Verifica rolamentos
- Limpeza exterior
- Verificar operação do termostato
- Verificar o Flow-Switch
- Verificar bornes
- Lubrificação de partes móveis, quando aplicável
- Ajustes e substituições programadas de componentes

2.3.2.5 Rotinas Anuais

- Verificar Filtro
- Verificar fusíveis
- Limpeza exterior dos tubos
- Limpeza e proteção dos espelhos
- Inspeções técnicas e operacionais
- Limpeza geral dos componentes

2.3.2.6 Normas Técnicas e Qualificação

Os serviços deverão ser executados:

- Por **técnicos habilitados**
- Com utilização de **materiais, ferramentas e equipamentos adequados**, conforme boas práticas de engenharia;
- Em conformidade com as normas da **ANVISA, ABNT**, legislações específicas e recomendações dos fabricantes.

2.3.2.7 Ajustes nas Rotinas

Caso o técnico identifique a necessidade de alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, visando maior segurança e eficiência dos sistemas, deverá submeter formalmente a proposta à **CONTRATANTE** para análise e aprovação.

2.3.3 MANUTENÇÃO CORRETIVA – SISTEMAS CONVENCIONAIS

Disposições Gerais:

A manutenção corretiva consistirá na execução dos serviços necessários à correção imediata de falhas, defeitos ou anormalidades identificadas nos sistemas convencionais de climatização, sempre que solicitada pela **CONTRATANTE**.

2.3.4 Prazos

Atendimento:

- Em até 2 horas para ambientes críticos;
- Em até 4 horas para ambientes convencionais

Solução:

- Em até 12 horas (ambientes críticos);
- Em até 24 horas (ambientes convencionais).

São considerados **ambientes críticos**: Salas de Reuniões, Audiências, Sessões, Alta Administração e laboratório de informática (RACK e CPD).

2.3.5 A prestação dos **SERVIÇOS DE TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO**, atenderá ainda ao que segue:

2.3.6 A carga horária para os Postos de Serviço é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais

2.3.7 Os serviços serão prestados nas dependências do **CONTRATANTE**, de segunda a sexta-feira, com intervalo para almoço conforme legislação vigente;

2.3.8 A **CONTRATADA** fica obrigada a substituir de imediato as eventuais faltas dos seus empregados ligados à execução contratual, objetivando garantir que não haja descontinuidade na prestação dos serviços;

2.3.9 Eventualmente, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a alteração do horário de trabalho de determinado Posto de Serviço para atender a necessidades extraordinárias. Neste caso, serão utilizados os sistemas de banco de horas e de folgas para compensar o horário diferenciado, sem ultrapassar a jornada legal e sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

2.3.10 A CONTRATADA deverá manter registro e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, permitindo acesso aos respectivos dados, pela fiscalização do CONTRATANTE;

2.3.11 O CONTRATANTE informará à CONTRATADA a demanda diária, bem como os tipos de serviços a serem executados durante a vigência do contrato.

2.3.12 CONTRATADA deverá disponibilizar, **ferramental adequado**, incluindo, mas não se limitando a: Parafusadeira, clipador, jato, maçarico portátil, bolsa coletora, pincel, bomba de vácuo, monômetro, amperímetro, capacímetro, escada, kit flangeador, jogo chaves fenda e philips, ferramentas manuais, EPIs e demais equipamentos necessários.

2.3.13 A ausência de ferramental adequado autoriza a Fiscalização a paralisar os serviços, sem prorrogação dos prazos contratuais.

2.3.14 Os materiais consumíveis necessários à manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos pela CONTRATANTE.

2.3.15 Toda e qualquer peça identificada como defeituosa durante inspeções, medições, testes ou diagnósticos deverá ser obrigatoriamente substituída, às expensas da **CONTRATADA**.

2.3.16 Os serviços objeto deste contrato serão executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres.

2.3.14 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção às pessoas, aos bens e ao meio ambiente, pertinentes à atividade.

2.3.15 A CONTRATADA, bem como seus prepostos, ficam obrigados a manter o sigilo de quaisquer dados e informações a que tiver acesso, nos moldes da Lei Geral de Proteção de Dados, inclusive após o término da vigência do contrato.

2.3.16 Os serviços objeto deste contrato não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, e deverão ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade;

2.3.17 Os serviços objeto deste contrato serão executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades profissionais ou assemelhadas que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deve orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres;

2.3.18 A CONTRATADA deverá adotar as providências cabíveis a fim de proibir e impedir que seus funcionários realizem quaisquer outras atividades profissionais ou assemelhadas durante o horário em que estiverem prestando serviços nos postos de trabalho objeto deste contrato;

2.3.19 É vedada aos ocupantes dos postos de serviços contratados a utilização dos telefones do CONTRATANTE para ligações para números de telefones celulares e/ou interurbanos de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios aos serviços objetos do presente contrato, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA a cobertura de tais despesas, caso verificadas.

2.3.20 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a responsabilidade de representantes do **CONTRATANTE**;

2.3.21 Em caso de recusa do objeto contratado, no todo ou em parte, fica a CONTRATADA obrigada a refazer/ajustar/adequar o(s) serviço(s) imediatamente.

2.3.22 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste

Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

2.4 Materiais a serem disponibilizados

2.4.1 Os materiais consumíveis necessários à manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos pela CONTRATANTE, incluindo, mas não se limitando a: produto específico para higienização das evaporadoras, silicone para placa eletrônica, vaselina líquida e pastosa, desincrustante, desoxidante, protetor de óxidos, lâminas de serra, lixa de ferro, fita isolante de baixa e de alta, fita adesiva silver tape, varetas de solda, tinta preta para marcação, tintas para correção de ponto de oxidação, limpa contato, desengraxantes, terminais elétricos, parafusos, porcas, buchas, abraçadeiras para tubos, abraçadeira plástica (cinta), panos, trapos, detergentes e demais materiais necessários.

2.4.2 O fornecimento dos Materiais (fita adesiva silver tape, varetas de solda etc) necessários à execução dos serviços objeto deste contrato são de responsabilidade do CONTRATANTE, exceto aqueles discriminados no item 2.3.12.

2.4.3 O fornecimento de Equipamentos, Ferramentas e Utensílios é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.4.5 Os Equipamentos, Ferramentas e Utensílios indicados no item 5.15.10 devem ser novos, de primeiro uso, devendo a **CONTRATADA** realizar a substituição imediata em caso de quebra ou avaria que prejudique o funcionamento adequado, de modo a evitar a interrupção do Serviço.

2.5 Uniformes.

A **CONTRATADA** deverá Fornecer aos empregados vinculados à execução do presente contrato a cada período de 06 (seis) meses, no mínimo 02 (dois) fardamentos completos, padronizados, de boa qualidade, adequados a cada tipo de serviço, compostos no mínimo de:

DESCRIÇÃO DO FARDAMENTO
Calça
Blusa com logomarca da empresa
Sapato Fechado
Acessórios, quando couber

2.5.1 A Contratada fornecerá fardamento novo aos seus profissionais, devendo todos os empregados estar devidamente uniformizados, no prazo de até trinta dias improrrogáveis, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico do TCE-BA. O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao Setor responsável do **CONTRATANTE**, no prazo de, no máximo, cinco dias a contar da entrega.

2.5.2 O uniforme deverá ser entregue aos empregados mediante recibo (relação nominal), no prazo de, no máximo, cinco dias a contar da entrega.

2.5.3 PREPOSTO

2.5.4 O preposto da Contratada, deverá uma vez por semana, visitar os locais da execução do objeto e se reunir com a fiscalização do contrato para avaliação do andamento da execução do serviço.

2.5.5 Em caráter excepcional o preposto poderá ser notificado a comparecer no prazo de 24 horas à reunião junto à fiscalização do contrato, para resolução de demanda emergencial na gestão contratual.

2.5.6 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária/Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Natureza de Despesas
02.101.0001	xxx	xxxx	xxxxx

3.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 Os Preços estabelecidos para plena execução do objeto contratual são os seguintes:

4.1.1 O **Valor Global Mensal Estimado** corresponderá à soma do quantitativo de Postos de Serviços efetivamente contratados no respectivo período, multiplicado pelo preço unitário correspondente.

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o **Valor Global Estimado** de **R\$ xxxxxxxx (xx)**, baseado no produto obtido entre os preços unitários e quantidades de todos os postos de serviços indicados no item 4.1 deste Contrato;

4.2.1 O **Valor Global** é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de postos de serviços efetivamente contratados.

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, todos os insumos necessários, equipamentos, instalações, assistência técnica, manutenções, consertos, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DAS RETENÇÕES DE VALORES

6.1 Os faturamentos referentes ao objeto deste contrato serão efetuados mensalmente. O correspondente pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura acompanhada da documentação descrita no subitem 6.2.1, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 A documentação deverá estar acompanhada do TERMO DE ACEITE pelo CONTRATANTE, relativo à prestação dos serviços pela CONTRATADA;

6.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.1.3 A ausência de apresentação da documentação no prazo consignado no item 6.2.1 poderá ensejar a aplicação de multa(s), nos termos do item 14.4.2 e seus subitens;

6.1.4 A fim de comprovar o cumprimento de todas as demais obrigações consignadas neste instrumento, deverá a CONTRATADA apresentar, ainda, toda a documentação descrita no item 6.2.2 (no prazo limite consignado no respectivo item) e nos itens 6.3 a 6.6;

6.1.4.1 Em caso de ausência de apresentação, apresentação parcial e/ou irregular da documentação exigida, o CONTRATANTE realizará a suspensão do pagamento da fatura relativa ao mês subsequente àquele sob faturamento, bem como daquelas relativas aos meses que lhe são posteriores, observado o quanto disposto no item 6.1.2;

6.1.4.2 Independentemente de eventual suspensão de pagamento de fatura(s), a ausência de apresentação tempestiva da documentação exigida poderá ensejar a aplicação de multa(s), nos termos do item 14.4.2 e seus subitens;

6.2 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente ao CONTRATANTE a seguinte documentação:

6.2.1 Até o 8º (oitavo) dia útil do mês imediatamente posterior ao faturado:

a) Notas Fiscais municipais relativas à prestação dos serviços, referentes ao mês sob faturamento;

b) Certidão Negativa de Débitos (CND) relativa às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, válida;

c) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válido;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a inscrições em Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), válida;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Estado da Bahia, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, válida;

e.1) Na hipótese de ser a CONTRATADA sediada em Estado diverso do da Bahia, deverá também ser apresentada certidão de regularidade perante a respectiva Fazenda Estadual;

f) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Município-sede da CONTRATADA, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal respectiva, válida;

g) Certidão negativa de falência ou concordata, emitida pelo distribuidor (Tribunal de Justiça) da sede da CONTRATADA, válida;

h) Prova de regularidade perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, de modo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, válida;

i) Relação completa de todos os empregados destacados para a execução deste instrumento, referente ao mês sob faturamento, organizada por ordem alfabética, na qual deverá constar, especificamente:

i.1) Nomes completos e números de inscrição no CPF/MF;

i.2) Indicação do posto de serviços contratado onde cada empregado exerce suas atividades, com a respectiva indicação de jornada de trabalho;

i.2.1) Deverá ser apresentada, complementarmente, relação que indique quais empregados exerceram substituição no mês faturado (substituto e substituído), seja em razão de férias, folgas ou faltas;

j) Espelho analítico da folha de pagamento, Espelho da folha de pagamento, referente ao mês civil imediatamente anterior àquele do faturamento, relativa exclusivamente aos empregados relacionados à execução deste instrumento;

k) Prova de quitação da folha de pagamento referente ao mês civil imediatamente anterior àquele do faturamento, específica dos empregados vinculados ao objeto contratual, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido, nos termos do item 10.2.1 deste instrumento;

l) Prova do pagamento do auxílio-transporte antecipadamente referente ao mês faturado, nos termos do Decreto Federal nº 95.247/1987 e do item 10.2.3 deste instrumento;

l.1) Nos termos do item 10.2.3.1, na hipótese de pagamento mediante depósito em conta-salário de titularidade dos empregados, deverá a CONTRATADA comprovar a quitação dos valores devidos à título de auxílio- transporte mediante apresentação de extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido;

m) Prova do pagamento do auxílio-alimentação referente ao mês faturado, mediante apresentação de extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido, nos termos do item 10.2.3 deste instrumento;

m.1) De acordo com o item 10.2.3.2 deste instrumento, caso a CONTRATADA realize o pagamento do auxílio-alimentação mediante contratação de empresa de fornecimento de "vale-alimentação", a prova do respectivo pagamento deverá ser feita mediante emissão de extratos gerados pela Empresa fornecedora dos "vales-alimentação", contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido;

6.2.2 Até o dia 23 (vinte e três) do mês imediatamente posterior ao faturado:

a) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, especificamente relacionada aos empregados vinculados ao presente contrato (com discriminação do CONTRATANTE como TOMADOR), relativa ao mês sob faturamento, a incluir as seguintes relações/informações:

a.1) Relação dos Trabalhadores Constantes no arquivo SEFIP (RE), na qual deverão constar os dados da CONTRATADA e os dos empregados relacionados à execução deste instrumento (apenas destes), os fatos geradores de contribuições previdenciárias e valores devidos ao INSS, bem como as remunerações dos trabalhadores (coincidentes

com a folha de pagamento respectiva) e valores a serem recolhidos ao FGTS;

a.2) Relação de Tomador/Obra (RET);

a.3) Relatório analítico da GRF;

a.4) Relatório analítico da GPS;

a.5) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS - EMPRESA, a qual deverá guardar identidade de valores com a Guia da Previdência Social (GPS), no que for cabível;

a.6) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento – Tomador de Serviços/ Obra;

a.7) Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento – Empresa – FGTS;

b) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos da GFIP, nos termos da alínea “a” do item 6.2.2, emitido pela Conectividade Social – CEF, cujo código NRA deve coincidir com aquele indicado na GFIP;

c) Cópia da Guia de Recolhimento de FGTS (GRF), emitida em nome da CONTRATADA, referente ao mês sob faturamento, relativa exclusivamente aos empregados relacionados à execução deste instrumento, com a devida autenticação bancária mecânica de pagamento ou acompanhada do comprovante definitivo de pagamento, quando este for efetuado pela Internet, cujo valor total a recolher deve guardar identidade com aquele descrito no Relatório analítico da GRF;

d) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), emitida em nome da CONTRATADA, referente ao mês sob faturamento, relativa exclusivamente aos empregados relacionados à execução deste instrumento, com a devida autenticação bancária mecânica de pagamento ou acompanhada do comprovante definitivo de pagamento, quando este for efetuado pela Internet, cujo valor definido como “11 - TOTAL” deverá guardar identidade de valor com o campo “TOTAL” do Relatório analítico da GPS;

e) Cópias dos Avisos de Férias dos empregados que estarão em gozo de férias no mês subsequente ao faturado, contendo informações relativas a período aquisitivo, período de gozo e memória de cálculo, datados e assinados por empregado e empregador, nos termos do item 10.4.2 deste instrumento;

f) Prova do pagamento de férias, adicional de férias e eventuais abonos pecuniários, referentes ao mês sob faturamento, mediante apresentação de extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido, nos termos do item 10.2.4 deste instrumento;

g) Cópia dos controles de ponto de todos os empregados envolvidos no objeto contratual, referentes ao mês civil imediatamente anterior àquele sob faturamento, devidamente assinados e preenchidos com todos os dados relativos aos horários e turnos efetivamente trabalhados, organizados por posto de serviço, observado o quanto disposto no item 10.3 e seu subitem;

h) Documentação completa acerca de rescisões de contrato(s) de trabalho relacionado(s) a empregado(s) vinculado(s) a este contrato, ocorridas no mês imediatamente anterior àquele sob faturamento, nos termos do item 10.4.4.2 deste contrato;

h.1) Na hipótese de não haver desligamento de funcionários em determinado mês, a CONTRATADA deverá declarar por escrito tal circunstância;

i) Documentação completa relativa a empregado(s) incluído(s) (temporária ou definitivamente) na execução do presente instrumento no mês sob faturamento, nos termos do item 10.1 deste instrumento;

j) Prova dos pagamentos do Plano de Assistência Médica Privada e do Plano de Assistência Odontológica Privada de todos os empregados vinculados ao contrato, relativos ao mês sob faturamento, composta de:

j.1) Extratos serem emitidos pelas instituições operadoras dos referidos Planos, contendo mês de referência, nomes completos de todos os funcionários abrangidos e valores individualizados e total;

j.2) Recibos emitidos pelas instituições operadoras dos referidos Planos ou comprovantes de pagamento emitidos por instituição bancária, acompanhados de cópias dos respectivos boletos de cobrança;

k) Prova do pagamento mensal do seguro de vida relativo a todos os empregados vinculados ao contrato, relativo ao mês sob faturamento, composta de:

k.1) Extrato ser emitido pela seguradora, contendo mês de referência, nomes completos de todos os funcionários abrangidos e valores individuais;

k.2) Recibo emitido pela seguradora ou comprovante de pagamento emitido por instituição bancária, acompanhados de cópias dos respectivos boletos de cobrança;

6.3 Exclusivamente no que tange aos faturamentos dos meses de novembro e dezembro, deverão ser apresentadas, para além da documentação indicada no item 6.2, folhas de pagamento relativas ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao presente contrato, bem como GFIP, GRF e GPS (competência 13), acompanhadas dos respectivos comprovantes de pagamento, nos termos exigidos neste instrumento;

6.3.1 As folhas de pagamento relativas ao 13º salário (primeira e segunda parcelas), com respectiva comprovação de quitação, deverão ser apresentadas ao CONTRATANTE impreterivelmente até o 8º dia útil do mês imediatamente posterior ao do vencimento de cada obrigação (parcela);

6.3.1.1 Na hipótese de a CONTRATADA efetuar antecipações de pagamento da 1ª (primeira) parcela do 13º salário, deverá apresentar a respectiva comprovação consolidada no faturamento relativo ao mês de novembro;

6.3.2 As demais documentações (GFIP, GRF e GPS), com respectiva comprovação de quitação, deverão ser apresentadas ao CONTRATANTE impreterivelmente até o 23º dia útil do mês imediatamente posterior ao do cumprimento da obrigação;

6.4 A CONTRATADA deverá apresentar ainda, trimestralmente, a comprovação do recolhimento individualizado dos valores relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às contribuições previdenciárias, relativos aos funcionários destacados para a execução do objeto contratual, mediante apresentação de extratos detalhados (com discriminação dos depósitos feitos a cada mês) emitidos pelo órgão gestor do FGTS e pela Previdência Social;

6.5 A fim de assegurar/resguardar o cumprimento de todas as obrigações legais trabalhistas, tributárias, previdenciárias e comerciais pela CONTRATADA, poderá o CONTRATANTE exigir documentações além daquelas definidas nos itens 6.2 a 6.4, cuja apresentação, quando solicitada, também se configurará como critério de habilitação para pagamento;

6.6 Na hipótese de ausência de apresentação ou apresentação parcial/irregular da documentação referida nos itens 6.2 a 6.5, poderá o CONTRATANTE, a seu critério, realizar a suspensão do pagamento de faturas, observado o quanto disposto no item 6.1.2;

6.7 Ocorrendo faltas ou atrasos dos empregados da CONTRATADA designados para a execução contratual, sem que aquela providencie a devida substituição, o CONTRATANTE fará a notificação do fato à mesma, bem como deduzirá do valor da fatura mensal o *quantum* correspondente, com base no valor mensal do respectivo Posto de Serviço, conforme as fórmulas a seguir:

$$\text{Valor Posto/Dia} = \frac{\text{Valor Posto/mês}}{22}$$

$$\text{Valor Posto/hora} = \frac{\text{Valor Posto/Dia}}{08}$$

6.8 As notas fiscais/faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na CLÁUSULA PRIMEIRA;

6.9 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta-corrente e agência indicadas pela CONTRATADA;

6.10 O CONTRATANTE realizará a retenção de cunho previdenciário e de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.11 Pagamento, pelo CONTRATANTE, direto aos funcionários, por inadimplemento da CONTRATADA e Retenção dos créditos de quantia equivalente ao inadimplemento de FGTS e INSS.

6.11.1 Na hipótese de inadimplemento da CONTRATADA relativamente aos salários dos seus empregados vinculados ao contrato, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a proceder ao pagamento direto aos referidos empregados, utilizando, para tanto, o valor devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

6.11.1.1 Considera-se valor devido para os fins do item 6.11.1, o valor do contrato, com eventual retenção cautelar ou dedução definitiva de multas, indenizações e/ou encargos de qualquer natureza.

6.11.2 A previsão constante do item 6.11.1 não caracteriza vínculo do CONTRATANTE com os empregados da CONTRATADA ou gera qualquer tipo de responsabilidade direta do CONTRATANTE relativamente aos créditos que tais empregados possuam face à CONTRATADA.

6.11.3 No caso de inadimplemento da CONTRATADA em relação ao FGTS e INSS relativos aos seus empregados vinculados ao contrato, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter a quantia equivalente dos créditos que possui junto ao CONTRATANTE, os quais somente serão liberados após a comprovação do efetivo recolhimento, pela CONTRATADA, das parcelas correspondentes, sem prejuízo das demais condicionantes legais a tanto necessárias.

6.12 Será retido mensalmente do valor bruto da fatura emitida pela CONTRATADA, o valor relativo ao(s) percentual(is) equivalente(s) às PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS nos termos da Cláusula Sétima deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS E DA CONTA-CORRENTE VINCULADA

7.1 Será retido mensalmente do valor bruto faturado pela **CONTRATADA** o Percentual Final de xxx%, apurado conforme demonstrado a seguir:

7.1.1 Os percentuais indicados na tabela do item 7.1 correspondem às Provisões de Encargos Trabalhistas, Previdenciários e Sociais relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos Encargos Previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário dos trabalhadores empregados na execução direta deste contrato.

7.1.2 O Percentual Final apurado reflete a razão entre a Totalidade das Provisões de encargos trabalhistas a serem retidos e o Valor bruto faturado.

7.1.3 A Totalidade das Provisões é o somatório dos produtos da retenção mensal pelo quantitativo de postos de serviços contratados.

7.1.3.1 Aplicando-se o somatório dos percentuais relativos às provisões obrigatórias, sobre a totalidade da remuneração mensal de cada posto (totalidade dos componentes salariais), ambas discriminadas na composição de custos da proposta da **CONTRATADA**, obtém-se a Retenção mensal.

7.1.4 A Composição de Custos da proposta da **CONTRATADA** deverá respeitar os percentuais mínimos relativos às provisões de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários a serem retidos, conforme estabelecidos no Anexo Único do Decreto nº 15.219/2014;

7.1.5 A homologação de convenção coletiva ou julgamento de dissídio coletivo, bem como a celebração/expedição de qualquer aditamento ou apostilamento contratual que enseje a alteração de valor(es) unitário(s) de posto(s) de serviço(s) contratado(s) implicará em recálculo do(s) percentual(is) a ser(em) retido(s) mensalmente do valor bruto faturado, a título de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários.

7.1.5.1 Caso o recálculo enseje alteração do(s) percentual(is) definido(s) no item 7.1, deverão as partes celebrar aditivo contratual para a respectiva atualização, o qual deverá ser assinado e publicado em data anterior ao faturamento mensal que contenha o(s) novo(s) valor(es) do(s) posto(s) de serviço(s) contratado(s), sob pena de retenção da fatura e do pagamento correspondente, na hipótese de mora pela **CONTRATADA**.

7.2 Serão também retidas mensalmente do valor bruto faturado as parcelas de mesma natureza daquelas elencadas no item 7.1, desde que previstas em convenções e dissídios coletivos.

7.2.1 Em tais hipóteses, o cálculo e a correção monetária das retenções seguirá o quanto disposto no item 7.1 e seus subitens.

7.3 Como condições para execução deste contrato, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias à abertura de conta vinculada a este instrumento contratual, assumindo os custos eventualmente incidentes e apresentando os dados de respectiva conta ao **CONTRATANTE**.

7.3.1 A **CONTRATADA** também assinará, no ato da celebração deste contrato, a “Autorização para Acesso do **CONTRATANTE** aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato” e o “Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato”.

7.4 Os valores correspondentes aos percentuais retidos, nos termos dos itens 7.1 e 7.2, serão depositados na data do vencimento da fatura, em conta-corrente específica, vinculada ao presente contrato, bloqueada para movimentação e aberta em nome da **CONTRATADA** junto ao Banco, unicamente para essa finalidade.

7.5 O saldo da conta vinculada, enquanto retido, será monetariamente corrigido pela caderneta de poupança ou outro índice definido entre o **CONTRATANTE** e o Banco, sempre escolhido o de maior rentabilidade e que não apresente riscos.

7.6 A liberação de recursos da conta vinculada dependerá de prévia autorização do **CONTRATANTE**, e se dará mediante solicitação da **CONTRATADA** e respectiva comprovação dos pagamentos efetuados aos empregados, nas situações e na forma previstas no Decreto Nº 15.219/14.

7.6.1 A solicitação de movimentação da conta vinculada, formalizada pela **CONTRATADA**, deverá estar integralmente instruída com os documentos comprobatórios da ocorrência de eventos das relações de trabalho ocorridos na vigência do contrato e respectivos pagamentos ao(s) empregado(s) relacionado(s) com a execução direta deste instrumento, a saber:

7.6.1.1 Relação de beneficiários lotados em postos de serviços contratados, que contenha nome, CPF, RG, funções exercidas no contrato e local de execução das mesmas;

7.6.1.2 Dados bancários individuais dos beneficiários (conta-salário ou corrente, agência e banco);

7.6.1.3 Valores individuais dos benefícios, com indicação dos respectivos titulares;

7.6.1.4 Memórias detalhadas dos cálculos que determinaram os valores apresentados, bem como o tempo de prestação de serviços considerado em cada um dos cálculos;

7.6.1.4.1 O tempo de prestação de serviços indicado deverá ser certificado pelo empregado e validado pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do fiscal do contrato.

7.6.1.5 Comprovantes dos pagamentos dos benefícios, quando for o caso;

7.6.2 Conforme §1º do artigo 10 do Decreto Nº 15.219/14, a entrega ao Banco, pelo **CONTRATANTE**, da autorização para liberação de recursos da conta vinculada obedecerá ao prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da documentação descrita no item 7.6.1 e seus subitens, desde que não haja pendência a ser regularizada pela **CONTRATADA**.

7.6.2.1 Verificando-se qualquer pendência na documentação exigida para a movimentação bancária, será considerada data de apresentação da documentação aquela na qual for realizada a respectiva regularização pela **CONTRATADA**.

7.7 Na hipótese de determinação judicial para bloqueio e transferência de valores da conta vinculada, a **CONTRATADA** deverá ser notificada para repor o valor bloqueado ou transferido, em até 30 (trinta) dias antes do termo final originário do contrato, sob pena de impossibilitar sua prorrogação.

7.7.1 No caso do bloqueio ocorrer após a prorrogação contratual, o prazo de que trata o item 7.7 observará o novo termo final fixado no aditivo, vedada nova prorrogação na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo fixado;

7.7.2 A ausência de reposição dos valores bloqueados ou transferidos no prazo estipulado no item 7.7 acarretará a execução da garantia contratual, além da aplicação das penalidades contratuais e legais, salvo se demonstrado que o bloqueio se deu em decorrência de débitos relacionados a provisões correspondentes a este contrato;

7.7.3 A insuficiência ou ausência de saldo na conta vinculada não exime a responsabilidade da contratada pelos débitos trabalhistas, sociais e previdenciários relativos aos seus empregados, ainda que tais eventos decorram de constrição judicial ou de operação bancária estranha ao objetivo da conta vinculada;

7.8 Após a extinção do contrato e a devida comprovação, pela **CONTRATADA**, do cumprimento das obrigações e quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários indicados na Lei Estadual nº 12.949/2014 e no Decreto Estadual nº 15.219/2014, proporcional ao tempo integral do serviço prestado pelos empregados, havendo saldo remanescente na conta vinculada, este será liberado em favor da **CONTRATADA**, observado o disposto no subitem 7.8.3.

7.8.1 A comprovação a que se refere o item 7.8 deverá ser feita pela **CONTRATADA** no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de extinção do contrato;

7.8.2 Na hipótese de reaproveitamento do empregado vinculado ao contrato extinto em outro contrato formalizado com o mesmo órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta de Instituição ou Poder Público do Estado da Bahia, o saldo remanescente relativo à rescisão trabalhista será transferido para a Conta Vinculada ao Contrato para o qual for realocado o empregado;

7.9 Casos omissos relativos ao quanto disposto na Cláusula Sétima deste instrumento deverão obedecer aos ditames da Lei Nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual-Ba Nº 15.219/2014 e posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1 Os preços serão corrigidos consoante a seguinte fórmula e demais condições indicadas nesta cláusula:

$$\text{Novo Preço} = \{(\alpha \times \Delta \text{ Remuneratório} + \beta \times \Delta \text{ INPC}) + 1\} \times P_o$$

Onde:

Novo Preço: Preço a ser praticado a partir da data da majoração;

Onde:

Novo Preço: Preço a ser praticado a partir da data da majoração;

α (Coeficiente Alfa): Peso correspondente às parcelas de natureza pessoal, inclusive Encargos Sociais, em relação ao Custo Direto;

Δ Remuneratório: Variação obtida pela categoria profissional em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho referente a salário e verbas conexas;

β (Coeficiente Beta): Peso correspondente aos insumos, em relação ao Custo Direto;

Δ INPC: Variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE verificada dentro da periodicidade permitida em lei federal, considerada a partir da data da apresentação da proposta;

P_o : Preço original contratado ou Novo Preço calculado no último reajustamento.

a) Definição dos Coeficientes Alfa e Beta:

b) Data da apresentação da Proposta: xx/xx/2026

8.1.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da **CONTRATADA**.

8.1.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

8.1.2.1 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

8.1.2.2 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que foi apostilada.

8.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

8.3 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

8.4 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

8.4.1 Na repactuação, o **CONTRATANTE** não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a começar na data de publicação do Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

9.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação.

9.3 A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

9.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Além das determinações contidas na CLÁUSULA SEGUNDA deste contrato e no processo de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

10.1.2 Apresentar, quando do primeiro faturamento dos serviços prestados, e sempre que necessário (hipóteses de substituição de funcionário ou acréscimo de posto de serviço), relação de nomes completos de todos os empregados envolvidos na execução contratual, organizada por ordem alfabética e com indicação dos postos de serviços em que cada um estará lotado, acompanhada de cópias dos seguintes documentos relativos aos trabalhadores relacionados:

10.1.2.1 Carteiras de Trabalho e Previdência Social devidamente assinadas em consonância com os ditames legais, especialmente no tocante à identificação do empregado às anotações relativas ao presente instrumento;

10.1.2.2 Documentos de identidade (Registro Geral);

10.1.2.3 Cadastros de Pessoa Física (CPF);

10.1.2.4 Comprovação nominal da contratação de seguro de vida relativo a todos os trabalhadores destacados para a execução do contrato, nos termos da Convenção Coletiva da respectiva categoria profissional;

10.1.2.5 Comprovação nominal da contratação de Plano de Assistência Médica Privada e de Plano de Assistência Odontológica Privada relativos a todos os trabalhadores destacados para a execução do contrato, nos termos da Convenção Coletiva da respectiva categoria profissional;

10.2 Realizar os pagamentos aos empregados vinculados ao presente contrato:

10.2.1 Das remunerações devidas, incondicionalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente àquele trabalhado, através de depósito em conta-salário;

10.2.2 Dos valores devidos a título de gratificação natalina (décimo terceiro salário), em duas parcelas anuais, na estrita forma e nos exatos prazos previstos na Lei Federal nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, através de depósito em conta-salário;

10.2.3 Dos valores devidos a título de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, estabelecido no valor de R\$ 20,00, impreterivelmente até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços;

10.2.3.1 Nos termos do Decreto Federal nº 95.247/1987, o pagamento do auxílio-transporte deverá ocorrer mediante fornecimento de “vale-transporte”, através das empresas operadoras do sistema de transporte coletivo público em cada Município em que haja posto de serviço contratado;

10.2.3.1.1 No caso de ausência de empresa operadora de sistema de transporte coletivo em algum dos Municípios abrangidos pelo presente contrato, o pagamento dos valores devidos à título de auxílio-transporte deverão ser feitos mediante depósito em conta-salário de titularidade dos empregados;

10.2.3.2 O pagamento de auxílio-alimentação deverá ser realizado, preferencialmente, mediante depósito em conta-salário de titularidade dos empregados. Entretanto, poderá a **CONTRATADA** realizar a respectiva quitação por intermédio de empresa de fornecimento de “vale-alimentação”, mediante apresentação prévia do respectivo contrato ao **CONTRATANTE**;

10.2.4 Dos valores devidos a título de prêmios de férias e eventuais abonos pecuniários, impreterivelmente até dois dias antes dos respectivos períodos de gozo, através de depósito em conta-salário;

10.3 Realizar controles de frequência (dias e horas trabalhados) de todos os empregados envolvidos no objeto contratual, através de ponto eletrônico ou manual, observada a legislação aplicável à matéria, bem assim a súmula nº 338 do Tribunal Superior do Trabalho;

10.3.1 Os controles de frequência deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** organizados por postos de serviços (e em ordem alfabética), devidamente assinados por empregado e empregador, e preenchidos com todos os dados relativos a: identificação da empresa; nome completo do trabalhador; mês de competência; horários e turnos efetivamente trabalhados; cargo exercido; local da prestação dos serviços.

10.4 Apresentar mensalmente ao **CONTRATANTE**:

10.4.1 Espelho da folha de pagamento específica dos empregados relacionados à execução deste instrumento, contendo, dentre outras, informações relativas a:

10.4.1.1 Relação completa de funcionários, organizada em ordem alfabética ou por local da prestação de serviços;

10.4.1.2 Valores devidos aos funcionários a título de remuneração, de modo a englobar e discriminar todos os valores que a compõem, tais como vencimentos básicos (horas normais), abonos, adicionais e horas extraordinárias, quando devidos;

10.4.1.3 Descontos legais e convencionados;

10.4.1.4 Valores de proventos brutos e líquidos;

10.4.1.5 A situação funcional de cada trabalhador vinculado à execução deste contrato, discriminando entre “ativo”, “em férias” ou “afastado”;

10.4.2 Comprovação da entrega dos Avisos de Férias, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao período de gozo pelos respectivos empregados, bem como da realização dos correlatos pagamentos;

10.4.3 Documentações e comprovações de pagamentos discriminados na **CLÁUSULA SEXTA** e nesta **CLÁUSULA**, nos termos definidos em contrato;

10.4.4 Relação dos funcionários que foram desvinculados do contrato, com indicação de fundamentos e dos substitutos respectivos;

10.4.4.1 Na hipótese de não haver desligamento de funcionários em determinado mês, a **CONTRATADA** deverá declarar por escrito tal circunstância;

10.4.4.2 Em caso de desligamento definitivo do quadro funcional da **CONTRATADA** de empregado(s) vinculado(s) ao presente contrato, esta deverá apresentar toda a documentação relativa à(s) rescisão(s) do(s) contrato(s) de trabalho, a englobar:

10.4.4.2.1 Comprovação da Notificação de Aviso Prévio respeitado o prazo legal, ou do pagamento da respectiva indenização;

10.4.4.2.2 Carteira de Trabalho atualizada com a respectiva anotação, cuja data indicada no campo “data saída” deverá coincidir com aquela indicada no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;

10.4.4.2.3 Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, consignando, se for o caso, o pagamento das indenizações previstas no artigo 477, caput, ou artigo 479, ambos da CLT, devidamente assinado pelas partes;

10.4.4.2.4 Termo de Homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho, para os trabalhadores cujos contratos ultrapassam o período de 01 (um) ano de duração, devidamente assinado pelas partes e pelo representante do Sindicato laboral;

10.4.4.2.5 Termo de quitação da rescisão do contrato de trabalho;

10.4.4.2.6 Guia de recolhimento do FGTS incidente sobre as verbas rescisórias (GRRF), acompanhada da comprovação do respectivo pagamento e do demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS Rescisório, cujo valor definido como “Valor Devido pela Empresa” deverá guardar identidade de valor com o campo “Total a Recolher” da GRRF;

10.4.4.2.7 Demonstrativo de recolhimento do INSS incidente sobre as verbas rescisórias na GFIP relativa ao mês da rescisão, acompanhada da comprovação do respectivo pagamento através da GPS;

10.4.4.2.8 Exame médico demissional;

10.4.5 Cópias dos controles de ponto dos empregados, nos termos do **item 10.3 e seu subitem**;

10.5 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, e as seguintes disposições:

- a) acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;
- b) cumprir fiel e integralmente o “Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre as partes;
- c) implantar, após o recebimento da autorização de início dos serviços (observados o prazo do item 9.1), a mão de obra nos respectivos postos relacionados nos locais e nos horários fixados na escala de serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou a impossibilidade de assumir o posto conforme o estabelecido;
- d) fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme Item 8, e de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídios Coletivos de Trabalho, sendo que o contratado não poderá repassar os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;
- e) apresentar e manter seus empregados e prepostos em serviços devidamente uniformizados;
- f) Registrar e controlar com o(s) servidor(es) indicado(s) pela Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- g) respeitar rigorosamente os horários de trabalho.
- h) fiscalizar regularmente seus empregados designados para a prestação dos serviços e verificar as condições em que estão sendo prestados;
- i) efetuar a reposição da mão-de-obra nos postos, quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois dias) após solicitação, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- j) prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhistas vigente e de Convenção Coletiva.
- k) recrutar e selecionar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com as qualificações mínimas e em legislação específica, fornecendo relação nominal dos selecionados, devendo indicar a função, os endereços residenciais, os horários de trabalhos e locais da prestação dos serviços;
- l) Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão- de- obra entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- m) inspecionar os postos no mínimo 01 (uma) vez por semana em dias e horários alternados, sendo realizados, obrigatoriamente, pelo preposto, efetuando registro no Livro de Ocorrência;
- n) responsabilizar-se por seus empregados na prestação de serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;

- o) implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de formas meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto do serviço;
- p) responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- q) indicar REPRESENTANTE e PREPOSTO para manter contato com a CONTRATANTE para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome, telefone e e-mail de contato. Estes terão a obrigação de reportarem-se quando houver necessidade, ao fiscal de contrato e tomar as providências; pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, assim como deverão prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as reclamações;
- r) não contratar empregados ligados por laços de parentesco até o 3º (terceiro) grau a Servidores da CONTRATANTE;
- s) respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);
- t) manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- u) cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- v) arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;
- w) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da prestação dos serviços;
- x) relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;
- y) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- z) repor, no prazo máximo de 03 (três) dias, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- aa) ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE ou de terceiros, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado;
- bb) assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, devendo os materiais a serem empregados, quando for o caso, receberem prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva ao direito de recusá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados;
- cc) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;
- dd) substituir sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificação por parte desta, em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam justificados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou interesse de Serviço Público;
- ee) instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações do Preposto da CONTRATADA, inclusive quanto ao cumprimento de normas internas e de segurança e medicina do trabalho da contratante;
- ff) assumir todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perda ou danos e indenização oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pela CONTRATADA ou a relação de trabalho entre ela e sua mão -de -obra, não cabendo, em

nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte da CONTRATANTE;

gg) fazer seguro de vida em grupo de seus COLABORADORES, com apresentação da apólice à CONTRATANTE quando de sua contratação ou renovação;

hh) conceder férias aos seus empregados dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informado mensalmente à CONTRATANTE os nomes dos funcionários em férias;

ii) fornecer aos empregados equipamentos de proteção individual (EPI), com base no art. 30 do Decreto n.º 9.580, de 22 de novembro de 2018, devendo apresentar certificado de aprovação, nos termos do disposto no art. 167 da CLT, emitido pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência por meio de sistema eletrônico simplificado.

10.5.1 A **CONTRATADA** fornecerá ainda crachás funcionais com nome, fotografia recente, função e razão social da **CONTRATANTE**, os quais deverão ser utilizados durante todo o turno de trabalho, em local de fácil visualização;

10.6 Conceder aos seus empregados Plano de Assistência Odontológica Privada e Assistência Médica Privada, bem como manter em favor de todos os seus empregados, apólice de Seguro contra Morte natural ou acidental, invalidez permanente acidental e pagamento antecipado especial por doença profissional, nos termos da Convenção Coletiva da categoria e suas eventuais alterações;

10.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, sede, filial ou escritório no Município de Salvador ou região metropolitana de Salvador, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda relacionada à execução dos Serviços;

10.8 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos especificados pelo **CONTRATANTE**, não podendo se eximir da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou equipamentos;

10.9 Designar, quando da assinatura deste contrato, preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, responsabilizando-se pelo bom andamento desta;

10.10 Responder perante o **CONTRATANTE** no que concerne à conduta, frequência, pontualidade e assiduidade dos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, substituindo-os, sem ônus, em caso de ausências e atrasos, por motivo justificado ou não, bem como comunicar ao **CONTRATANTE**, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um que possa estar vinculado à execução contratual;

10.10.1 Em se tratando de ausência eventual de empregado, a reposição da mão de obra deverá ser imediata de modo a garantir a continuidade dos serviços no posto;

10.10.2 Em caso de desligamento definitivo do quadro funcional da **CONTRATADA** de empregado(s) vinculado(s) ao presente contrato, tal fato deverá ser comunicado imediata e expressamente ao **CONTRATANTE**, bem como deverão ser respeitados todos os termos, prazos e condições para a rescisão do vínculo laboral previstos na Legislação Trabalhista e na Convenção Coletiva da categoria, com suas eventuais alterações;

10.11 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de empregados e/ou prepostos cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

10.11.1 O funcionário afastado deverá ser, ato contínuo, imediatamente substituído, devendo a **CONTRATADA** apresentar ao **CONTRATANTE** toda a documentação descrita no **item 10.1**, relativa ao substituto.

10.12 Garantir que os seus funcionários mantenham sigilo absoluto sobre quaisquer informações, dados, documentos e assuntos que tomarem conhecimento em razão da execução do objeto contratual, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, nos termos da legislação vigente;

10.13 Manter sob sua exclusiva responsabilidade a supervisão e direção da mão de obra utilizada na execução dos serviços objeto deste contrato;

10.14 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, sob pena de rescisão contratual;

10.15 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos instituídos pelo **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia e disciplina no(s) local(s) onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

10.16 Cumprir todas as exigências previstas na legislação trabalhista e nas convenções, acordos e dissídios coletivos firmados em favor da categoria profissional, observando, inclusive, a obrigatoriedade de promoção regular de curso de formação, extensão ou reciclagem de seus empregados;

10.17 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde ocupacional dos empregados designados à execução do objeto deste instrumento, conforme a convenção coletiva de trabalho da categoria profissional, a Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego) e demais regulamentações cabíveis, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, aparelhamento, alimentação (previamente estabelecido no valor de R\$ 20,00) e todas as demais obrigações especificadas nos dissídios, acordos ou convenções coletivas;

10.18 Realizar e comprovar o pagamento de todas as remunerações, auxílios e indenizações cabíveis e previstos na Legislação Trabalhista e nos dissídios, acordos ou convenções coletivas, bem como de todos os encargos trabalhistas e sociais relativos aos empregados designados para atividades relacionadas com a execução do presente contrato, sendo-lhe defeso invocar a existência deste para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao **CONTRATANTE**;

10.19 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.19.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**.

10.20 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação vigente, contendo descrição dos serviços e bens (quando couber), indicação de quantidades de horas trabalhadas em cada posto de serviço e do número de empregados designados, preços unitários e valor total;

10.20.1 Deverão acompanhar as notas fiscais/faturas toda a documentação exigida na **CLÁUSULA SEXTA**, na ordem e forma ali exigidas;

10.21 Manter, em seu quadro de funcionários, quantitativo condizente de profissionais com as qualificações mínimas exigidas, para abranger a totalidade dos postos de serviço contratados, bem como quantitativo suficiente de profissionais de reserva, treinados para atuar em eventuais substituições nos casos de férias, licenças e outras possíveis ocorrências ao longo da execução contratual, de modo a impedir solução de continuidade na execução contratual;

10.22 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

10.23 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças, autorizações e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

10.24 Apresentar ao **CONTRATANTE** todas as alterações legislativas pertinentes aos serviços contratados, bem como dissídios, acordos e convenções coletivas de trabalho afetos à categoria profissional ocupante dos postos de serviços, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após a sua homologação ou publicação, conforme o caso;

10.25 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação nas especificações e quantitativos do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

10.26 Manter, em perfeitas condições de organização, utilização, conservação e limpeza, as instalações físicas do **CONTRATANTE**, bem como as ferramentas, equipamentos e utensílios por aqueles fornecidos para a prestação dos serviços contratados;

10.27 Atender, nos prazos consignados, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de adequação de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de licitação que o originou, providenciando sua imediata reparação, substituição e/ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

10.28 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10.28.1 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna do **CONTRATANTE** e/ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito à execução contratual;

10.29 Obedecer aos ditames da Lei Estadual – BA nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual – BA nº 15.219/2014, inclusive no que tange às seguintes condições para execução deste contrato:

10.29.1 Apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, os dados da conta bancária vinculada, bloqueada para movimentação e destinada exclusivamente para depósito de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários retidas contratualmente, assumindo todos os custos e tarifas eventualmente incidentes;

10.29.2 Subscrever a “Autorização para Acesso do **CONTRATANTE** aos Saldo e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato” e o “Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato”;

10.30 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do Contrato;

10.31 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se à:

11.1.1 Acompanhar a execução do contrato.

11.1.2 Manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da Licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados.

11.1.3 Somente efetuar o pagamento da remuneração mensal devida à **CONTRATADA** após o

acompanhamento e obtenção dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

11.1.4 Fornecer à **CONTRATADA** os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato para que possa executar plenamente o objeto contratado.

11.1.5 Permitir e facilitar o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços.

11.1.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.1.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

11.1.8 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.1.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1.10 Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.1.11 Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pelo chefe da unidade do Setor de Transporte, desde que observado o limite da legislação trabalhista.

11.1.12 Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos

;

11.1.13 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

11.2 Não praticar atos de ingerência na Administração da contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

11.2.1 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

11.2.2 Disponibilizar instalações sanitárias e, quando possível e necessário, local para guarda de uniformes e outros pertences necessários para o bom desempenho dos serviços;

11.2.3 Proporcionar à **CONTRATADA**, as facilidades necessárias à boa prestação dos serviços;

11.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;

11.2.5 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

11.2.6 Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se à:

11.1.1 Acompanhar a execução do contrato.

11.1.2 Manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da Licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados.

11.1.3 Somente efetuar o pagamento da remuneração mensal devida à **CONTRATADA** após o acompanhamento e obtenção dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

11.1.4 Fornecer à **CONTRATADA** os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato para que possa executar plenamente o objeto contratado.

11.1.5 Permitir e facilitar o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços.

11.1.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

11.1.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, o **CONTRATANTE** designa os servidores XXXXXXXXX, cadastro nº XXXX, e XXXXXXXXXXXX, cadastro nº XXXX, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do presente Contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

12.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

12.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução

do contrato;

12.2.5 Promover, com a presença de preposto da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.2.7 Cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;

12.2.8 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar e/ou sustar a realização dos serviços que não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de Licitação que o originou ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

12.4.1 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora.

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato, inclusive aqueles relacionados ao cumprimento das obrigações legais trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da **CONTRATADA** que venham a participar da execução dos serviços contratados.

13.1.1 A **CONTRATADA** apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia.

13.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

13.2.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

13.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item **13.4.1** deste contrato.

13.4.1 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.5 garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.5.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.5.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

13.5.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

13.5.1 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **13.5**, observada a legislação que rege a matéria.

13.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, nos moldes da legislação vigente.

13.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, nos moldes da legislação vigente.

13.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pela legislação vigente.

13.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.12 O **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.12.1 O emitente da garantia ofertada pelo **CONTRATADO** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.12.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

13.13 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.14 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.15 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas

as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

13.16 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

13.17 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

13.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

13.19 A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital (quando houver) e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não manter a proposta.

14.1.1 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do sub item acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do sub item acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.1.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.3 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2 Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega do objeto ou parte dele, calculada sobre o respectivo valor, respeitado o limite de 20% (vinte por cento) e observado o valor mínimo de R\$ 50,00;

14.2.1 Multa de 20% (vinte por cento), aplicada sobre o valor total da obrigação, pela não aceitação da nota de empenho; ou pela não entrega do(s) item(ns); ainda, pela não assinatura do instrumento contratual, se houver; ou pela não prestação da assistência técnica ou pela sua prestação em desacordo com as condições avençadas, quando for o caso;

14.2.2 Multa de 10% (dez por cento), a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item ou parte do item entregue com defeito e/ou fora das especificações exigidas, a qual será descontada do valor relativo à próxima fatura a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se houver, caso esta tenha sido prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido;

14.2.3 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do título, em caso de protesto indevido;

14.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

14.3 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4.1 Com fundamento nos arts. 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021, a Contratada ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Multa, no valor de:

b.1) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos da CONTRATADA:

i) Não substituir o profissional que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória à disciplina da Corte;

b.2) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia, sobre o valor mensal do contrato, limitada a 10% (dez por cento), nos casos descritos na tabela abaixo, observada a respectiva proporcionalidade:

FATO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS AFETADOS	PROPORCIONALIDADE A SER APLICADA
b.2.1) atraso, em relação às datas fixadas na legislação, no pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, vale	DE 1 A 15	50%
	DE 16 A 30	75%

transporte e/ou auxílio-alimentação dos seus empregados, bem como quaisquer outras verbas trabalhistas ou previdenciárias; b.2.2) atraso, em relação às datas fixadas na legislação, na quitação das verbas e multas rescisórias por ocasião do encerramento do contrato de trabalho; ou b.2.3) atraso, em relação às datas definidas neste contrato, na entrega e/ou substituição de uniformes, bem como dos recibos de entrega.	ACIMA DE 30	100%
--	-------------	------

b.3) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por profissional afetado, sobre o valor mensal do contrato, limitada a 2,5% (dois e meio por cento), na hipótese prevista na tabela abaixo, observada a respectiva proporcionalidade:

FATO	PERCENTUAL DE ADIMPLEMENTO	PROPORCIONALIDADE A SER APLICADA
b.3.1) adimplemento parcial das obrigações trabalhistas e previdenciárias	DE 99,99% A 90,01%	50%
	DE 90% A 80%	75%
	ABAIXO DE 80%	100%

b.4) 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por ocorrência notificada, nos casos da **CONTRATADA**:

- a) Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização;
- b) Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;
- c) Deixar de substituir profissionais faltosos.

b.5) 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações previstas neste Termo de Referência, que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza, pela Administração, por ocorrência ou por dia, conforme o caso;

b.6) 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para autorizar o início do conserto/reparo de veículo segurado, limitada a incidência a 2 (dois) dias;

b.7) 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para o pagamento das coberturas/indenizações previstas no seguro contratado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

b.8) 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, na hipótese de atraso por período superior aos limites estabelecidos nas alíneas "b.1", "b.2" ou "b.3";

14.4.2 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparo integral do dano causado ao Contratante.

14.4.3 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.4.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.4.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.4.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.4.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e nos demais sistemas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas no inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2.1 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação e qualificação pela **CONTRATADA** ensejarão a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

15.3 Havendo rescisão do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão a seguir discriminadas:

15.3.1 Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

15.3.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

15.4 Na hipótese de rescisão contratual, o **CONTRATANTE**, por meio da sua fiscalização, verificará o efetivo pagamento, pela **CONTRATADA**, das verbas rescisórias ou a comprovação de que seus funcionários serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

15.4.1 Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item 15.4, o **CONTRATANTE** poderá promover a retenção da garantia contratual prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

16.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

16.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução do objeto do presente instrumento;

16.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente,

relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado do **CONTRATADO** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

17.1 Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquele que não divirja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

18.1 O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

19.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

19.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.

19.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**.

19.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, de de 2026

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
GILDÁSIO PENEDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO
PRESIDENTE

EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
REPRESENTANTE LEGAL

1ª Testemunha:
NOME
CPF Nº

2ª Testemunha:
NOME
CPF Nº